

**Reunião ordinária – Ata n.º 16/2015****Data** 2015-07-20**Início** 14.35 horas**Local** Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho**Termo:** 16.00 horas**Presenças:**

<b>Presidente</b>	Anabela Gaspar de Freitas
<b>Vereadores</b>	João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	Rui Miguel dos Santos Serrano
	António Manuel Baptista Gonçalves Jorge
	Bruno Vítor Domingos Graça
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

**Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**

-----  
**Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos: -----**  
**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 20-06-2015 -----**  
**BALANCETE -----**  
**N.º 01 – 1.ª REVISÃO DO ORÇAMENTO DE 2015 DOS SMAS (5389/ENTE/DAJA/2015 - 1/ENTEXT/PR/2013) -----**  
**PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE: -----**  
**N.º 02 – PERIODICIDADE DAS REUNIÕES DE CÂMARA NO MÊS DE AGOSTO DE 2015 (52/PPRC/PR/2015) -----**  
**N.º 03 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR (54/PPRC/PR/2015) --**  
**N.º 04 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À LIGA DOS AMIGOS DOS BOMBEIROS DE TOMAR (53/PPRC/PR/2015) -----**  
**INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE: -----**  
**N.º 05 - CEDÊNCIA DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO DE TOMAR DURANTE O MÊS DE JUNHO DE 2015 (79/PGEN/PR/2015 - 15/DIVER/PR/2013) -----**  
**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----**



- N.º 06 – EMPREITADA DE REFORÇO DE FUNDAÇÕES DO CENTRO ESCOLAR DE CASAIS - liberação de caução (4432/ENTE/DAJA/2015 - 50/CONPUB/DOM/2013) -----**
- N.º 07 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DOM NUNO ÁLVARES PEREIRA - liberação de caução (11471/ENTE/DAAOA/2013 - 47/CONPUB/DOM/2013)-----**
- N.º 08 – EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE TRABALHOS DECORRENTES DA ATUALIZAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DOM NUNO ÁLVARES PEREIRA – ESCOLA EB2/3 E PAVILHÃO DESPORTIVO - liberação de caução (11494/ENTE/DAAOA/2013 - 56/CONPUB/DOM/2013) -----**
- N.º 09 – EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE TRABALHOS DECORRENTES DA ATUALIZAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DOM NUNO ÁLVARES PEREIRA – ESCOLA EB2/3 E PAVILHÃO DESPORTIVO – receção definitiva dos equipamentos (7/EMPR/DOM/2014 - 56/CONPUB/DOM/2013) -----**
- N.º 10 – CEDÊNCIA DE VIATURA LIGEIRA AO SPORT CLUB OPERÁRIO DE CEM SOLDOS (4797/ENTE/DAJA/2015 - 1/VIATEQ/DOM/2013) -----**
- N.º 11 – CEDÊNCIA DE PEDRA DE CALÇADA À UNIÃO DE FREGUESIAS DE CASAIS E ALVIOBEIRA (4428/ENTE/DAJA/2014 - 14/DIVER/DOM/2014) -----**
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**
- N.º 12 - PARECER DE COMPROPIEDADE – Joana Pinto Coelho (81/PEDI/DGT/2015 - 232/DIVER/DGT/2015)-----**
- N.º 13 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade – Proc.º 864/2001 (13/SAIE/DGT/2015 - 445/EDIF/DGT/2015)-----**
- DIVISÃO FINANCEIRA: -----**
- N.º 14 – PAGAMENTOS EM ATRASO A 30 DE JUNHO DE 2015 (6/RELA/DF/2015 - 4/PINF/DF/2013) -----**
- DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----**
- N.º 15 – ARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTO – FREGUESIA DE OLALHAS (4655/ENTE/DAJA/2015)-----**
- N.º 16 – ACIDENTES RODOVIÁRIOS OCORRIDOS EM MAIO DE 2015 NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO DE TOMAR (4434/ENTE/DAJA/2015 - 1/ESCAMU/DOM/2013) -----**
- UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE: -----**



**N.º 17 – CEDÊNCIA GRATUITA DA SALA DE FORMAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO – NERSANT, Associação Empresarial da Região de Santarém (5078/ENTE/DAJA/2015 - 2/CEDESP/UDJ/2014) -----**

**EXPEDIENTE: -----**

**N.º 18 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA MÉDIOTEJO21 RELATIVO A 2014 (5448/ENTE/DAJA/2015 - 32/ENTEXT/PR/2013)-----**

**N.º 19 – FORNECIMENTO DE ÁGUA PELA EPAL E ÁGUAS DO CENTRO (5118/ENTE/DAJA/2015 - 1/ENTEXT/PR/2013)-----**

**Sendo catorze horas e trinta e cinco minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião e deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----**

**O Sr. Vereador Bruno Graça** prestou informação sobre o decorrer da organização da edição de dois mil e quinze da Feira de Santa Iria, nomeadamente que terminou o prazo de candidatura à primeira fase de atribuição dos lugares, tendo sido apresentadas noventa e quatro candidaturas aos noventa e três lugares disponibilizados. Informou que após o procedimento agendado para o próximo dia vinte sete, caso não ocorram desistências, faltam preencher vinte e um lugares. Na área dos divertimentos, só um dos quinze lugares disponibilizados não teve candidatos. Este ano já há candidatos à ocupação de setenta e oito por cento dos lugares e, no ano passado, nesta fase, essa percentagem era de sessenta e sete por cento. Sobre a atividade do Gabinete de Economia Local, referiu que o trabalho que este gabinete tem desenvolvido na área do desenvolvimento económico, nos setores primários, começa a ter os primeiros resultados visíveis. Na área da apicultura, destacou o investimento que irá instalar cerca de trezentas e cinquenta colmeias no concelho e que poderá vir a produzir sete mil toneladas de mel por ano. Referiu também o lançamento de uma marca de mel de Tomar, Flores dos Tabuleiros, quer irá dar escala à produção de pequenos agricultores que, de outra maneira, não teriam grande capacidade de colocar os seus produtos. No setor do vinho, referiu que um dos produtores com quem estão a trabalhar está na fase de apresentação de uma candidatura para um projeto que irá permitir qualificar e criar escala à sua produção. Informou ainda que está previsto o lançamento na Feira de Santa Iria do terceiro caderno Sabores de Tomar, dedicado ao azeite produzido no concelho. Finalmente, deu conta de que está previsto que os trabalhos de recuperação e beneficiação do edificado do Cemitério de Santa Maria dos Olivais sejam concluídos durante o mês de agosto e que pretendem que, complementarmente, em simultâneo, se beneficiem os espaços ajardinados



9

contíguos às traseiras do referido cemitério. Os trabalhos que se propõem realizar estão descritos na memória descritiva que distribuiu sendo certo que irão implicar o corte de algumas (poucas) árvores por se encontrarem encavalitadas em cima do muro, substituindo-as por outras e beneficiando aquele espaço em termos de arbustos e sistemas de rega. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** disse que, na primeira reunião que se realiza após o incêndio que ocorreu no início do mês, se justificava que a Sra. Presidente aqui referisse o assunto, no seguimento do mini briefing que teve lugar na passada sexta-feira, onde esteve presente, pois o assunto merece muita atenção e é importante que as conclusões ou as ilações que foram tiradas sejam partilhadas, mesmo que não sejam muito diferentes das que tiraram na visita que fizeram ao local no dia seguinte. Disse esperar que haja um relatório em breve sobre aquele incêndio pois a periodicidade com que a situação ocorre os obriga, em vez de especular sobre o que se passou, a zelar para que a situação não se repita e a tomar as necessárias medidas, as quais passarão muito pelo ordenamento do território e pela prevenção, como foi falado no referido briefing e, internamente, em reunião dos IpT. Salientou que, de acordo com a informação prestada pelo Comandante Distrital nunca no distrito de Santarém houve um incêndio com tantos meios disponíveis mas, apesar disso, as consequências são devastadoras. De seguida, referiu-se à situação dos dirigentes que estavam no pavilhão e dali saíram recordando que, de acordo com a última informação prestada tal se verificaria após terminarem o trabalho. Disse que não sabia se já tinham terminado o trabalho, ou não, mas constatando que saíram do Pavilhão a Sra. Presidente diria se continuam na prateleira ou se irão desempenhar as funções para que estão vocacionados e para que a Autarquia lhes paga. Frisou que o que se passou foi algo muito grave, que mexeu com a dignidade das pessoas e que, por outro lado, têm algumas pessoas a substituir esses dirigentes de uma forma que, no seu entender, como já disse e justificou, não é legal e não está correta. Disse que há uma situação em particular que, no seu entender, além de não estar correta moralmente, fere a legalidade. Disse que era bom que a legalidade fosse resposta e que as pessoas executassem as suas funções de forma digna e colaborando com o Município, como é devido, e que é o executivo que tem que dar as condições para que isso aconteça. Referiu-se ainda a uma reunião recente da Assembleia de Freguesia urbana, onde o Sr. Presidente da Junta de Freguesia foi questionado sobre a remoção do chamado marco (divisão da freguesia) proposto pelo anterior Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, colocado junto ao Mercado. Em resposta, foi dito que foi a maioria da Câmara que o decidiu, conforme está registado em ata, pelo que aguarda que a Sra. Presidente diga se decidiram dessa forma ou



não porque à reunião de Câmara o assunto não veio. Referiu que, se em termos administrativos houve a união das duas freguesias elas não deixaram de existir e não sabem porque é que foi removido e o que é que se ganhou com a remoção. Disse que, na altura em que o marco foi colocado discordou mas agora não percebe a razão da sua remoção. Disse que também já ouviu a versão de que a Junta de Freguesia pediu à Câmara e a Câmara o retirou mas, perante a informação do Sr. Presidente da Junta de que foi a maioria da Câmara Municipal que tomou a decisão de remover aquilo terá todo o gosto em ser esclarecido para as coisas não ficarem neste limbo. Perguntou se foi a Junta que decidiu e a Câmara removeu ou se foi a Câmara que assim decidiu, sendo certo que, se foi a Junta a decidir não tem competência para o efeito. Disse que, em seu entender, não vale a pena perder tempo com estas questões e gastar dinheiro por melindres, muitas vezes pessoais ou político-partidários, dos quais nada ganham, mas tendo sido uma afirmação do Sr. Presidente da Junta era bom que ficassem esclarecidos sobre a realidade. -----

**A Sra. Presidente** começou por responder à questão sobre os ex-dirigentes recordando que, de acordo com a deliberação tomada, a Equipa de Projeto se manteria em funções por cento e oitenta dias ou até terminar o seu trabalho. Disse que a referida equipa não terminou esse trabalho, não por sua culpa, pois fez um pré projeto de norma de controlo interno que está a circular pelos diversos serviços, para recolha de contributos. Informou que, tal como tinha assumido com os elementos que integram a Equipa, porque não podem fazer nada sem receber esses contributos retornam aos seus locais de origem (DOM, DF e DAJA), exceto a pessoa que dava apoio administrativo à equipa, a qual, quando a integrou exercia funções na área da contratação pública, no DOM, e, quando regressar de férias, irá integrar a equipa de contratação pública, agora na DF. Disse que ia produzir despacho no sentido de retornarem aos seus locais de origem continuando nesses locais de afetação para trabalharem a versão final da norma de controlo interno. Relativamente à questão do marco removido junto ao mercado, disse que a remoção resultou de um encontro de vontades. Sublinhou que a ocupação do espaço público não é da competência da Junta de Freguesia mas quando o marco lá foi colocado também não foi a Câmara que autorizou, a exemplo do que também aconteceu com a casa dos patos que a Junta de Freguesia de então decidiu colocar em espaço público sem ter competência para o fazer. Informou que o Sr. Presidente da Junta manifestou vontade de o marco ser colocado noutra local, entre a divisão da junta urbana e a freguesia de Casais, na EN110, e que a autarquia disponibilizou os meios para proceder à remoção aguardando que o Presidente da Junta diga o local onde pretende colocar o marco. Relativamente ao incêndio



J. A.

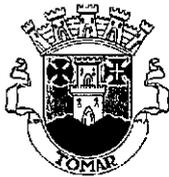
ocorrido a sete de julho, começou por referir que, segundo o Comandante CODIS foi o incêndio do distrito de Santarém que maior número de meios teve envolvidos no seu combate. Informou que o concelho com maior área ardida foi Vila Nova da Barquinha, seguindo-se-lhe Constância, Tomar (vinte e um por cento) e Abrantes. Disse que apesar de os incêndios de noventa e cinco e dois mil e cinco não terem tido origem no corredor que o incêndio agora percorreu, mas sim na Matrena, foram elencadas um conjunto de situações que têm que ser trabalhadas em termos de prevenção: ordenamento do território (quando se constroem anexos, cercas e muros dificulta-se o combate a incêndios); limpeza e ordenamento da floresta. Disse que têm estado a trabalhar na constituição de Zonas de Intervenção Florestal pois entendem que é uma medida correta para o nosso Concelho no sentido em que vai permitir a limpeza e a gestão do espaço florestal, e, com uma gestão capaz da ZIF os proprietários dos terrenos poderão até tirar algum rendimento dos seus terrenos. Disse que o CODIS apresentou na passada sexta-feira um balanço provisório do incêndio, mais focalizado no Concelho de Tomar, e irá fazer entretanto um relatório final deste incêndio - que será sempre considerado de Tomar pois foi aqui que teve início, independentemente de, felizmente, não terem tido maior área ardida - o qual terá que ser apresentado na Comissão Municipal de Proteção Civil e será essa Comissão a propor ao Executivo Municipal um conjunto de ações em termos de prevenção, para que se comecem a implementar no terreno. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** disse que o incêndio tem sempre origem na Portela ou na Matrena e segue depois sempre o mesmo caminho, surpreendendo-os que - foi lá dito que pensaram ter o fogo controlado na Portela mas os ventos e as projeções levaram-no para o lado de São Pedro, direito a Abrantes, e direito à Linhaceira, nesta localidade, não estivessem meios terrestres. Disse que a realidade é esta e que as pessoas, incluindo o próprio Presidente da Junta, andavam desesperadas, e, em abono da verdade, o que valeu ali foi muitos dos quintais e terrenos à volta das casas estarem limpos. Disse que esta ocorrência é cíclica e que o surpreende que termine sempre em Barquinha, Constância e Abrantes, considerando também importante, em termos de coordenação, este historial ser elencado, a par das medidas de prevenção. Disse que o atual Comandante dos Bombeiros de Tomar foi Comandante da Barquinha muitos anos e sabe bem o que se passa, sublinhando que a povoação de Cafuz é sempre das primeiras a sofrer e onde ardem sempre casas. Disse que, para além das medidas referidas e da constituição das ZIF's entende que os Presidentes de Junta devem poder articular as comunicações entre os postos de comando e as populações para saberem o que se passa e também para efetuarem o acompanhamento às corporações



que combatem os incêndios as quais, muitas vezes, não conhecem o terreno. Disse que fica a aguardar o relatório e as medidas referidas para que, daqui a sete, oito ou dez anos, não aconteça de novo e estejam aqui a lamentar a situação pois, como disse o Comandante Distrital, com toda a razão, já aconteceu várias vezes e nunca foi feito nada. No que se refere ao marco, disse que o surpreende que o que foi dito pelo Presidente da Junta na Assembleia de Freguesia não bata certo com o que a Sra. Presidente disse e que era bom que estas questões fossem todas muito claras e transparentes. Disse que não tem dúvidas de que o Sr. Presidente da Junta não gostou do que foi feito há quatro anos, no anterior mandato, e, agora, acabou coma situação. Disse que não há outra razão e que, quando se conhece as pessoas sabe-se que, infelizmente, é assim que atuam. Sublinhou que acreditando no que a Sra. Presidente disse o Sr. Presidente da Junta está a faltar à verdade. Recordou que, na altura, se manifestou sobre o marco e sobre a instalação colocada no rio e disse que, se houve algo incorreto ou ilegal nessa altura acha que, agora, não se deve corrigir com outra ilegalidade. Salientou o procedimento das pessoas e afirmou que não foram eleitas para ter atitudes como esta, para andar a dirimir questões antigas, e sim para trabalhar em prol da Freguesia e do Concelho. Relativamente à questão dos ex-dirigentes, como a Sra. Presidente referiu, disse que os mesmos podiam ser ex-dirigentes na sequência de concurso e não em consequência de uma atitude reprovável que não deve voltar a acontecer. Disse que a Sra. Presidente não respondeu à questão sobre quem está em regime de substituição, em situação ilegal, e, francamente, pensa que a situação só termina com a intervenção da tutela ou dos órgãos competentes para que a situação fique clara. Disse que as pessoas não podem estar tanto tempo em regime de substituição e que, decorrido algum tempo, tem que haver concurso para os lugares e tal não aconteceu. Disse que, ultimamente tem verificado a prevalência do cartão partidário para alguns lugares e para algumas nomeações, e se criticou no passado, quando o PSD estava no poder e isso também acontecia, criticava agora também. Defendeu que as nomeações devem ser em razão do mérito e pediu para que a situação dos nomeados em regime de substituição fosse esclarecida e regularizada o mais depressa possível. -----

**O Sr. Vereador António Jorge** começou por salientar que assistiram a um esforço continuado dos Bombeiros de Tomar e das corporações presentes no combate ao incêndio de sete de julho e referiu que o combate também se faz na prevenção sendo necessário que os presentes unam esforços para atuar de forma preventiva, por exemplo reforçando a constituição das ZIF's por forma a alterar e alternar, de forma rigorosa, em terrenos difíceis, as resinosas e as folhosas. Disse que só assim se consegue diminuir a velocidade do incêndio e



9. 11

conquistar o combate e que têm que olhar para isso de uma forma muito próxima e presente, para diminuir o risco de incêndio, para não colocarem homens em risco, para não colocarem em risco o investimento de décadas dos particulares que, num dia de verão, podem acabar por perder tudo o que construíram durante uma vida. Disse que ir ao terreno e presenciar isto de uma forma evidente lhes permitia estar lado a lado com as populações e com as suas preocupações. Referiu que as pessoas não têm dinheiro nem recursos para limpar ou mandar limpar os terrenos e que é possível a criação de mecanismos que já existem há alguns anos e a utilização de fundos disponíveis para esse efeito, sem que as pessoas tenham que colocar dinheiro das suas poupanças. Defendeu que fossem às freguesias, falassem com o Gabinete Técnico Florestal, com os Comandos local e distrital dos Bombeiros para acelerar todo este processo porque agora foi aquela a freguesia afetada mas, felizmente, temos mais riquezas florestais no Concelho e temos que as salvaguardar de acidentes deste género. -----

**A Sra. Presidente** disse que não podia estar mais de acordo com o Sr. Vereador até porque sabe que percebe desta matéria, pois estiveram juntos na noite do incêndio. Disse que já o ano passado foi feito e este ano se intensificou junto das Juntas de Freguesia a sensibilização para a importância das ZIF's. Disse que o maior problema é o receio das pessoas que ao aderirem a uma ZIF percam o seu terreno, quando isso não é verdade. Referiu que o processo de constituição de uma zona de intervenção florestal é algo moroso e que, neste momento, estão numa fase intermédia de constituição de uma ZIF que abrangerá as freguesias de Junceira, Serra, Olalhas, São Pedro e uma parte de Santa Maria dos Olivais, tendo-se já verificado um conjunto de reuniões com proprietários de terrenos. Disse que, agora, o importante será criar ZIF's noutras zonas do Concelho, nomeadamente na Asseiceira, e que têm estado a alertar e a sensibilizar as Juntas de Freguesia para essa importância, pois conhecem os proprietários e podem atestar junto deles que não há lugar a perda de terrenos, podendo até apresentar o exemplo da Freguesia da Sabacheira, integrante da ZIF de Seiça, onde há financiamento a cem por cento dos fundos comunitários para limpeza dos seus terrenos. Disse que com as ZIF's não ficam imunes à ocorrência de incêndios mas diminuem o risco e a dimensão de uma eventual propagação. Referiu que perante condições como aquelas que lhes foram relatadas na passada sexta-feira, com rajadas de vento de setenta quilómetros/hora e projeções que passaram o rio Nabão e o rio Tejo, o combate é sempre difícil. Reafirmou que uma ZIF bem gerida pode até ter retorno para os proprietários em termos de rendimento dos respetivos terrenos. -----



9  
A

O Sr. Vereador Pedro Marques retomou o assunto do incêndio para solicitar que, logo que possível seja prestada informação sobre os meios humanos e materiais que Tomar colocou ao dispor para se ter a noção do que Tomar representou neste incêndio. De seguida, procedeu à leitura da seguinte declaração para a ata e à entrega de uma proposta sobre o mesmo assunto: -----

**INCÊNDIO EM SÃO PEDRO, ASSEICEIRA E CONCELHOS DE VILA NOVA DA BARQUINHA, CONSTÂNCIA E ABRANTES -----**

**DECLARAÇÃO PARA A ATA:** "No passado dia 7, cerca das 13 horas, deflagrou na Portela, freguesia de S. Pedro um incêndio que atingiu elevadas proporções e que alastrou para a Taveira, Cerejeira, Foz do Rio, Perdigueira em Tomar, Cafuz, Limeiras, Matos em V. N. Barquinha, e para Constância e Abrantes. -----

O incêndio causou significativos prejuízos materiais, particularmente em estufas, automóveis, máquinas e alfaias agrícolas, duas habitações, diversas arrecadações, vinhas, pomares e uma considerável área de medronheiro e floresta. -----

Este incêndio é o 5.º que se regista nas últimas décadas, com as mesmas proporções, origem na mesma zona (Portela ou Matrena), progressão na mesma direção (NW-SE), atingindo as mesmas povoações e terminando como sempre nos Concelhos de Constância e de Abrantes. --

O incêndio alcançou as povoações da Taveira, Cerejeira, Foz do Rio e Perdigueira, por esta ordem, cerca das 16 horas sem que lá estivessem meios de combate terrestres. -----

O histórico destes incêndios está bem presente nos habitantes das povoações atingidas, pelo que, sendo certo que se verificavam na altura a existência de ventos com fortes rajadas que projetaram o incêndio na direção NW-SE, durante estas cerca de 3 horas de ameaça da eminente chegada das chamas e sem que aparecesse qualquer meio de combate terrestre junto das habitações, se criou um sentimento de abandono à própria sorte com aumento progressivo da ansiedade. Viveram-se então momentos de aflição, desespero e alguma revolta por não terem sido transferidos com oportunidade meios de combate terrestres para a margem sul para proteção de casas e outros bens. -----

Entre cada um destes 5 incêndios nunca se realizaram quaisquer trabalhos de ordenamento florestal ou de prevenção e ajuda ao combate, como sejam a implementação de aceiros e estradões nas encostas. -----

Face aos factos descritos, exigimos que esta ocorrência não caia, uma vez mais, em "saco roto" e se efetue o necessário debate, ouvindo diretamente e de imediato as populações (o cidadão anónimo que tem sofrido e sofreu de novo), as forças políticas, no intuito de que, o



Município e a Proteção Civil local e distrital, tomem as medidas necessárias por forma a prevenir e planear ocorrências futuras.” -----

**PROPOSTA:** “ No passado dia 7, cerca das 13H00, deflagrou na zona da Portela, freguesia de S. Pedro um incêndio que atingiu elevadas proporções e que alastrou para Cerejeira, Foz do Rio, Perdigueira em Tomar, Cafuz, Limeiras e Matos em V. N. Barquinha e para Constância e Abrantes.-----

Este incêndio causou inúmeros prejuízos materiais no nosso concelho, particularmente em estufas, automóveis, máquinas e alfaias agrícolas, duas habitações (apesar de a maior parte dos terrenos estarem limpos dentro das povoações e ao redor das casas, o que se deve sublinhar), diversas arrecadações, vinhas, pomares e uma considerável área de medronheiro e floresta. -----

Face ao exposto, os INDEPENDENTES por TOMAR propõem o seguinte:-----

-que com a colaboração das Juntas de Freguesia se efetue um levantamento exaustivo dos prejuízos ocorridos;-----

-tendo em conta o facto de muitos destes prejuízos não estarem cobertos por seguros (nalguns casos por impossibilidade ou indisponibilidade das Seguradoras), se disponibilizem meios financeiros que minimizem os prejuízos destes nossos munícipes;-----

-que, de imediato, se dê apoio a quem este incêndio pôs em causa a sustentabilidade da sua atividade económica e poderá pôr em causa postos de trabalho. Neste âmbito, deverá contactar-se outras entidades, nomeadamente na área da Agricultura, Florestas e Emprego, no intuito de se encontrarem possíveis apoios que possam estar disponíveis para o efeito.” -----

Concluindo, **o Sr. Vereador Pedro Marques** disse saber que o Ministério da Agricultura tem apoios para situações desta natureza quando envolvem atividades económicas nesta área e que há ali muitas situações em que podem estar em causa a atividade económica e alguns postos de trabalho, embora poucos.-----

**A Sra. Presidente** disse que uma das atividades económicas afetadas foi financiada pelo PRODER e já foram emitidas as necessárias declarações para que o proprietário possa acionar o processo, tendo o mesmo efetuado o levantamento dos estragos. Disse que o incêndio não atingiu proporções para que pudesse ser declarado o estado de calamidade – e só assim são acionados mecanismos de apoio à atividade económica e a privados para primeira habitação - tendo os quatro concelhos afetados acordado promover um levantamento exaustivo dos prejuízos que fundamente a apresentação de uma exposição conjunta e solicitar uma reunião ao Sr. Secretário de Estado da Administração Interna para sensibilizar para esta questão



9.

porque sem ter sido declarado o estado de calamidade é difícil obter apoios e os quatro concelhos unidos terão mais força do que individualmente.-----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** disse que a Sra. Presidente não tinha transmitido antes esta informação mas ainda bem que isso já estava a ser feito pois a proposta que apresentou ia no sentido de iniciativas destas se executarem para que os prejuízos pudessem ser minimizados.

**A Sra. Presidente** esclareceu que não queria dizer isto publicamente para não serem criadas falsas expectativas aos cidadãos pois era uma tentativa que iam fazer junto do Secretário de Estado da Administração Interna. -----

**O Sr. Vereador João Tenreiro** disse que quem está no poder espera uma atitude colaboradora da oposição e que apesar de existirem situações em que têm opiniões concordantes – como aconteceu há pouco com a intervenção do Sr. Vereador António Jorge, que mereceu a concordância da Sra. Presidente – também há opiniões que não são concordantes – daí estarem em representações diferentes – e estas são em maior número. Por outro lado, disse, é certo que devem debater e discutir as diferentes ideias pois são sete os elementos do órgão colegial e é aqui que têm oportunidade de discutir, dar ideias e poder debater, ou não, alguns assuntos. Referiu a partidarização de alguns assuntos e propostas por parte da maioria, como tem sido timbre, e disse que, daquilo de ouviu da Sra. Presidente, do comentário que fez da proposta apresentada pelos IpT, lhe parece que tem dois pesos e duas medidas relativamente às propostas do PSD. Recordou que, quando foi aqui proposto pelo PSD a constituição do Conselho Municipal do Ambiente, chumbado pelo PS e pela CDU, se calhar este órgão vinha alargar a discussão sobre esta questão dos fogos e sobre a forma de prevenir a sua ocorrência, permitindo trazer à discussão outras experiências e outras propostas. Disse que sendo o Presidente do PSD em Tomar, embora pensasse fazê-lo - à semelhança daquilo que o partido da Sra. Presidente fez e onde diz que o PSD é contra as obras nas freguesias só porque votaram contra um documento que é ilegal e viola a lei - não vai fazer um comunicado a dizer que o PS e a CDU são contra o ambiente por terem chumbado o Conselho Municipal do Ambiente, mas podia fazê-lo. Salientou que o PSD é a favor das obras nas freguesias e que é a maioria que está contra essas obras ao fazer as coisas da forma como está a fazer, mas que essa é uma discussão que depois será realizada. Disse que o Conselho Municipal do Ambiente não permitia resolver as situações mas, por exemplo, na área das ZIF's, o seu âmbito de discussão poderia trazer outra reflexão e outra sensibilização para estas questões. Disse que, por outro lado, também se quer que a oposição apresente propostas, o que os IpT fizeram, e bem, para discutir na próxima reunião, segundo esperam, porque o PSD aguarda há mais de



*[Handwritten signature]*

três meses que as propostas do IMI familiar e do Portugal 2020 segam agendadas, desconhecendo, até hoje, qualquer razão plausível para esses assuntos não serem trazidos à ordem de trabalhos. Recordou que a Sra. Presidente aqui disse que está à espera de uma informação da Divisão Financeira sobre o impacto económico relativamente à questão do IMI familiar mas, até hoje, não tiveram nenhum estudo sobre a taxa tributável que existe e passará a existir tendo em conta o número de agregados familiares que existem em Tomar, uma coisa tão simples hoje em dia, com os programas informáticos disponíveis. Disse que pode supor que esse dado estatístico seria ótimo para poderem discutir a vantagem ou não dessa questão mas a verdade é que a maioria não o traz e perguntou porquê. Disse que é levado a pensar que querem prolongar esta questão para cair no esquecimento porque é uma proposta do PSD. No que se refere ao Portugal 2020, algo que debatem há muito tempo, disse que é necessário um plano estratégico e a Sra. Presidente não o fez e assumiu essa responsabilidade com todas as implicações que pode ter quando começarem a “pingar” os fundos comunitários do Portugal 2020. Disse que vêm Abrantes muito mais na dianteira do que Tomar. Disse à Sra. Presidente que não trazer estes assuntos à ordem de trabalhos é partidizar estas questões e que não vale a pena fazê-lo. Referiu que as propostas que apresentam são sensatas e de boa-fé e que o PS e a CDU só têm que ter a coragem de chumbar a proposta de redução do IMI em função do agregado familiar, por exemplo, como fizeram em relação à criação do Conselho Municipal do Ambiente. Afirmou que, não trazendo aqui a proposta não só estão a violar a lei como violam uma Moção aprovada na Assembleia Municipal que reitera esta questão e diz ser urgente trazer o assunto à reunião da Câmara Municipal. Recordou que ainda não foi dada resposta ao requerimento que apresentou para conhecer o articulado da petição e o acordo alcançado no âmbito de processo judicial a correr termos no TAF de Leiria, um pedido simples que decorre de uma informação que aqui foi prestada aos vereadores. Disse que não solicitou essas cópias por acaso e sim porque lhes chegou aos ouvidos que esse acordo foi lesivo para a Câmara e quer confirmar se é verdade ou se é mentira, quer ver se foi ou não lesivo para a Câmara em montantes completamente exagerados tendo em conta a jurisprudência e as decisões dos tribunais em casos semelhantes. Reiterou o pedido de fornecimento, no prazo legal, de cópia da petição inicial e do acordo, para analisar e, se for verdade, o PSD, enquanto oposição, irá logicamente requerer as devidas diligências. Quanto ao Chefe da Divisão Financeira, salientou que tinha dito que não falava mais no assunto até que viesse o parecer que foi pedido à IGF. Perguntou se tinha sido pedido - **e obteve a confirmação da Sra. Presidente** – pois já pediu cópia do ofício que foi



9

enviado e ainda a aguarda. Pediu para lhe ser facultado o officio com registo de saída da Câmara Municipal de Tomar a pedir o parecer à IGF tendo em conta a deliberação tomada por unanimidade na Assembleia Municipal, até para que não haja dúvidas e a pessoa - contra a qual nada tem em termos pessoais, antes pelo contrário é pessoa que estima - esteja mais segura, tenha a sua situação clarificada, e deixem de andar numa zona cinzenta. Disse que os vereadores do PSD têm forçosamente que votar contra em qualquer deliberação ou proposta que venha da área financeira porque, até hoje, não sabem, e desconhecem, a legitimidade que o mesmo tem para ocupar aquele cargo. Referiu algumas informações dessa pessoa até a violar, às vezes, de certa forma, a lei mas, passando essa questão, até para ela seria melhor ver a situação clarificada pois não é bom para o Chefe da Divisão Financeira estar numa Assembleia Municipal a ouvir constantemente o seu nome falado e a dúvida da sua nomeação, não é bom para ele, não é bom para a Câmara Municipal e não é bom para a Sra. Presidente. Disse que a clarificação desta situação é o melhor para todos porque se a IGF disser que o PSD não tem razão relativamente às dúvidas que levantaram há mais de um ano, maravilhados da vida. No entender do PSD a nomeação é ilegal, não foi feita de acordo com a lei e podem estar a votar documentos sobre os quais impende alguma ilegalidade e nulidade, por falta de legitimidade daquele dirigente. Disse que se essa questão ficar resolvida é melhor para os sete e para o próprio. Por último, pediu desculpa por ter que falar numa situação de que a Sra. Presidente não tem culpa mas considera que tem que o dizer e que é este o momento certo. Lamentou o sucedido nos cortejos parciais - criticava sempre, mesmo que fosse o seu partido a protagonizar algo semelhante - e a forma como ocorreu a chegada do candidato do PS, Secretário-Geral daquele partido, acompanhado da sua comitiva, invadindo o espaço onde estavam perfilados os vereadores, a Sra. Presidente, alguns Deputados Municipais e o Mordomo, para, como é tradição, ver passar os cortejos e dar os parabéns às freguesias, os quais foram completamente arrastados por cerca de quarenta pessoas ligadas ao PS que ocuparam por completo o espaço sem pedir licença. Disse que, na altura, o Vereador Bruno Graça, chateado, se ausentou e ele também, aborrecidos. Disse que regressou depois de o Vereador Pedro Marques o ter chamado e lhe ter dito que tinham que estar presentes, por respeito às freguesias, e que quase que teve que pedir licença para passar e poder dar os parabéns às Freguesias, neste caso a Freguesia de Asseiceira. Disse que sabe que a Sra. Presidente não teve culpa pois estava junto aos vereadores mas tem que aqui manifestar este seu lamento, enquanto membro do Executivo Municipal, que já fez chegar ao Presidente do PS de Tomar, que lhe fez o devido pedido de desculpas pela situação. -----



9

**A Sra. Presidente** esclareceu que o Conselho Municipal do Ambiente não tem relação com as questões de que estavam aqui a falar porque para isso existe uma lei de bases da proteção civil que obriga à existência de Comissão Municipal de Defesa da Floresta, e ela existe, no âmbito da qual estas questões são tratadas. No que se refere à última questão, disse que também comentaram entre eles que foi lamentável o que aconteceu. Disse que lhes podem chamar tomarenses pois têm orgulho em sê-lo, aquele momento é muito importante para todos e acharam que foi deselegante o que aconteceu, principalmente porque estava a chegar uma banda e estava a sair uma parte do cortejo parcial. Disse que, objetivamente, perceberam que não podiam fazer nada mas efetivamente também causou mau estar entre eles e foi deselegante.-----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** disse que deselegante era mesmo o mínimo que a Sra. Presidente podia dizer sobre o que se passou, até porque havia gente na comitiva com responsabilidades no Município e eram esses que deviam ter tido todo o cuidado, nem tanto os que vêm de fora e podem não conhecer, e um deles é Adjunto do Gabinete da Sra. Presidente. Disse que as pessoas devem medir os seus atos. -----

**DECLARAÇÃO PARA A ATA APRESENTADA PELO SENHOR VEREADOR PEDRO MARQUES:** -----

**"FESTA DOS TABULEIROS 2015, MISSÃO CUMPRIDA** -----

A cada quatro anos, cai sobre Tomar um manto de magia que faz emergir nas suas gentes aquilo que de melhor existe no ser humano.-----

Esse sentir que é tão nosso e tão difícil de explicar é o que torna possível a realização de uma Festa cuja beleza e simbologia ultrapassa fronteiras e chama cada vez mais pessoas a quererem viver e sentir de perto o que nenhuma fotografia, filme ou descrição consegue fazer justiça. -----

A Festa dos Tabuleiros ou Festa do Espírito Santo tem na sua génese a celebração da vida, da partilha, da solidariedade e da comunhão entre iguais. Ninguém fica indiferente e a sua vivência, nem que seja como espectador, deixa uma marca indelével e permanente em quem passa pela experiência.-----

Tudo nesta Festa faz apelo aos valores mais nobres do viver em sociedade e este ano, mais uma vez, diga-se em abono da verdade, foi visível um redobrado empenho e dedicação de todos os Tomarenses, quer na ornamentação das ruas e janelas, quer na forma como viveram todos os momentos da Festa desde a primeira saída das Coroas no Domingo de Páscoa ou dia da Ressurreição até ao culminar da Festa com a distribuição da Pêza.-----



Em tempo de balanço de mais uma edição desta Festa, que é o rosto maior da nossa terra e da nossa identidade, sentem os Independentes por Tomar ter a obrigação de agradecer a este povo que mais uma vez se superou em todas as vertentes da Festa e voltou a demonstrar que a festa é do Povo e sem ele, sem a Amizade que lhe está subjacente, sem a entreatajuda, o espírito de sacrifício, o brio e o orgulho de ser Tomarense, nada do que vivemos neste últimos meses teria sido possível. -----

Os Independentes por Tomar querem assim, desta forma simples, simbólica mas sentida, agradecer a todos os que de forma direta ou indireta honraram com o seu esforço, dedicação e muitas vezes com um enorme sacrifício todos os momentos que compõem a Festa no seu todo, a saber: Cortejo das Coroas, o Cortejo dos Rapazes, o Cortejo do Mordomo ou a chegada dos Bois do Espírito Santo, a abertura das Ruas Populares Ornamentadas, os Cortejos Parciais, os Jogos Populares, o Grande Cortejo ou Cortejo dos Tabuleiros e a Pêza. -----

Às centenas de pessoas que passaram os últimos meses a trabalhar para a Festa, tantos deles sem usufruírem nada do fruto do seu trabalho gracioso e da sua enorme generosidade, cumpre-nos saudar a dignidade que imprimiram à Festa e a forma como engrandeceram o nome de Tomar, no país e no mundo. -----

Obrigado aos Tomarenses. -----

Viva a Festa. -----

Viva Tomar." -----

**Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, a ata da reunião do Executivo Municipal realizada no dia vinte de junho de dois mil e quinze, cuja leitura foi dispensada por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade.-----**

**Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: BALANCETE:** - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia dezassete de julho do ano de dois mil e quinze, o qual acusa os seguintes saldos: dois milhões quinhentos e noventa um mil oitocentos e nove euros e noventa e quatro cêntimos (2.591.809,94€) em Operações Orçamentais, e cinquenta e um mil e trinta e três euros e quarenta e quatro cêntimos (51.033,44€) em Operações Não Orçamentais.-----

#### **N.º 01 - 1.ª REVISÃO DO ORÇAMENTO DE 2015 DOS SMAS -----**

Foi presente a 1ª Revisão do Orçamento de 2015 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Tomar, no montante global de 140.026,12€, referente a



g 11

transferência do saldo da gerência de 2014, aprovada pelo Conselho de Administração na reunião de 15 de junho de 2015. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter a presente Revisão do Orçamento a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

Esta deliberação foi aprovada por maioria de cinco votos a favor e a abstenção dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge.

**PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE:** -----

**N.º 02 - PERIODICIDADE DAS REUNIÕES DE CÂMARA NO MÊS DE AGOSTO DE 2015** -

Foi presente a seguinte proposta da Sra. Presidente: -----

“À reunião de câmara, para nos termos da lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do regimento da câmara municipal de Tomar, alterar a periodicidade das reuniões de câmara, durante o mês de agosto de 2015, fixando as datas da sua realização, nos dias 3 e 31 de agosto de 2015, sendo que a reunião de 3 de agosto será pública.”. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou alterar a periodicidade das reuniões do Executivo Municipal no próximo mês de agosto, fixando as datas da sua realização nos dias 3 e 31 de agosto, a primeira das quais será pública, conforme proposto, mediante a necessária divulgação e publicitação. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 03 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR**-----

Foi presente uma proposta da Senhora Presidente do seguinte teor: “Nos termos da alínea p) do nº1 do artigo 33º do anexo à lei nº75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio de 3.800€ (três mil e oitocentos euros) ao centro cultural e desportivo da câmara municipal e serviços municipalizados de Tomar, considerado o cabimento que deve fazer parte da deliberação.”.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o subsídio proposto, com cabimento nº 3770/2015, nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi aprovada por maioria de quatro votos a favor, os votos contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge, e a abstenção do Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques. -----



9  
[Handwritten signature]

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge apresentaram a seguinte declaração de voto: "Mais uma vez, estranhámos a atribuição destes subsídios. -----

Votamos Contra, reiterando as considerações das Declarações de Voto apresentadas pelos vereadores do PSD, nas reuniões de Câmara anteriores. -----

Pretendemos saber: -----

1. Para que efeitos são os subsídios?-----
2. Onde foram gastas as anteriores atribuições, que já vierem às reuniões de Câmara? -----
3. Queremos o relatório de contas destas entidades, dos últimos 2 anos, demonstrativas das aplicações, ou não, destes subsídios e das atividades a que os mesmos se destinaram? -----
4. Onde está a dotação orçamental da Câmara, que enquadra estes subsídios e todos os outros anteriores? -----

Além do mais a afirmação "... o pagamento em função das disponibilidades do Município ..." É uma afirmação ilegal, porque contraria o regime do POCAL, que obriga à cabimentação prévia de todos os atos administrativos que produzam despesa, como é o caso ... -----

Neste sentido, os vereadores do PSD votam CONTRA.". -----

#### **N.º 04 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À LIGA DOS AMIGOS DOS BOMBEIROS DE TOMAR**

Foi presente uma proposta da Senhora Presidente do seguinte teor: "Nos termos da alínea u) do n.º1 do artigo 33.º do anexo à lei nº75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição à Liga dos Amigos dos Bombeiros de Tomar, um subsídio para apoio às suas atividades estatutárias, no valor de quatro mil e trezentos euros (4.300€), considerado o cabimento e compromisso respetivo, que deve fazer parte da deliberação.". -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o subsídio proposto, com cabimento nº 3770/2015, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi aprovada por maioria de quatro votos a favor, dois votos contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge, e a abstenção do Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge apresentaram a seguinte declaração de voto: "Mais uma vez, estranhámos a atribuição destes subsídios. -----

Votamos Contra, reiterando as considerações das Declarações de Voto apresentadas pelos vereadores do PSD, nas reuniões de Câmara anteriores. -----



Pretendemos saber: -----

1. Para que efeitos são os subsídios?-----
2. Onde foram gastas as anteriores atribuições, que já vierem às reuniões de Câmara? -----
3. Queremos o relatório de contas destas entidades, dos últimos 2 anos, demonstrativas das aplicações, ou não, destes subsídios e das atividades a que os mesmos se destinaram? -----
4. Onde está a dotação orçamental da Câmara, que enquadra estes subsídios e todos os outros anteriores? -----

Além do mais a afirmação "... o pagamento em função das disponibilidades do Município ...." É uma afirmação ilegal, porque contraria o regime do POCAL, que obriga à cabimentação prévia de todos os atos administrativos que produzam despesa, como é o caso ... -----  
Neste sentido, os vereadores do PSD votam CONTRA.". -----

**INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE:** -----

**N.º 05 - CEDÊNCIA DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO DE TOMAR DURANTE O MÊS DE JUNHO DE 2015**-----

Foi presente a informação n.º 266/2015 do Gabinete de Apoio à Presidência, à Vereação e à Provedoria Municipal, dando conhecimento das cedências do autocarro do Município durante o mês de junho de 2015. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o apoio financeiro prestado no âmbito das cedências do autocarro efetuadas durante o mês de junho de 2015, no montante de 2.503,00€. -----

Os Srs. Vereadores Pedro Alexandre Ramos Marques e Bruno Vitor Domingos Graça não tomaram parte nesta deliberação, tendo-se ausentado da sala.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:** -----

**N.º 06 - EMPREITADA DE REFORÇO DE FUNDAÇÕES DO CENTRO ESCOLAR DE CASAIS - liberação de caução** -----

Foi presente a informação n.º 3888/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o Auto de Vistoria para efeitos de liberação parcial da caução referente ao contrato de empreitada de reforço de fundações do Centro Escolar de Casais, celebrado a 11 de setembro de 2009, com a Alpeso, Construções SA. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto de vistoria de 22 de junho de 2015 e promover a liberação do valor total da caução da obra ainda em posse do Município, conforme proposto.-----



Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 07 - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA - liberação de caução-----**

Foi presente a informação n.º 3805/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o auto de vistoria para efeitos de liberação parcial da caução referente ao contrato de empreitada da obra de construção da Escola Básica Integrada D. Nuno Álvares Pereira, celebrado a 18 de março de 2009, com a Sociedade de Construções José Coutinho, SA.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto da vistoria realizada a 18 de junho de 2015, onde os serviços do Município se limitaram a verificar a existência de anomalias, não lhes cabendo qualquer responsabilidade sobre o cumprimento do projeto e características dos materiais aceites uma vez que se trata de competência e responsabilidade exclusiva da fiscalização, que decorreu pelo ASTAQ, entidade entretanto extinta e a quem caberia, em situações normais, a realização desta vistoria. -----  
Mais deliberou a Câmara promover a liberação parcial de 75% da caução da obra, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 08 - EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE TRABALHOS DECORRENTES DA ATUALIZAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA - ESCOLA EB2/3 E PAVILHÃO DESPORTIVO - liberação de caução-----**

Foi presente a informação n.º 3806/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o auto de vistoria para efeitos de liberação parcial da caução referente ao contrato de empreitada de execução de trabalhos decorrentes da atualização do projeto de construção da Escola Básica Integrada D. Nuno Álvares Pereira - Escola EB2/3 e Pavilhão Desportivo, celebrado a 15 de abril de 2010, com a Sociedade de Construções José Coutinho, SA. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto da vistoria realizada a 18 de junho de 2015, onde os serviços do Município se limitaram a verificar a existência de anomalias, não lhes cabendo qualquer responsabilidade sobre o cumprimento do projeto e características dos materiais aceites uma vez que se trata de competência e responsabilidade exclusiva da fiscalização, que decorreu pelo ASTAQ, entidade entretanto extinta e a quem caberia, em situações normais, a realização desta vistoria. -----



Mais deliberou a Câmara promover a liberação parcial de 75% da caução da obra, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 09 - EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE TRABALHOS DECORRENTES DA ATUALIZAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA – ESCOLA EB2/3 E PAVILHÃO DESPORTIVO – receção definitiva dos equipamentos**-----

Foi presente a informação n.º 3804/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o auto de vistoria para efeitos de receção definitiva dos equipamentos da empreitada de execução de trabalhos decorrentes da atualização do projeto de construção da Escola Básica Integrada D. Nuno Álvares Pereira – Escola EB2/3 e Pavilhão Desportivo, nos termos do contrato celebrado a 15 de abril de 2010, com a Sociedade de Construções José Coutinho, SA. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou receber definitivamente os equipamentos da obra de execução de trabalhos decorrentes da atualização do projeto de construção da Escola Básica Integrada D. Nuno Álvares Pereira – Escola EB2/3 e Pavilhão Desportivo, nos termos do auto da vistoria realizada a 18 de maio de 2015, que homologa, onde os serviços do Município se limitaram a verificar o correto funcionamento e condições dos equipamentos instalados, não lhes cabendo qualquer responsabilidade sobre o cumprimento do projeto e características dos equipamentos aceites uma vez que se trata de competência e responsabilidade exclusiva da fiscalização, que decorreu pelo ASTAQ, entidade entretanto extinta e a quem caberia, em situações normais, a realização desta vistoria e a proposta de receção. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 10 - CEDÊNCIA DE VIATURA LIGEIRA AO SPORT CLUB OPERÁRIO DE CEM SOLDOS**

Foi presente a informação n.º 3938/2015 do Departamento de Obras Municipais, que submete a apreciação do Executivo Municipal a cedência de uma viatura ligeira para transporte do grupo de Cantares Alentejanos Mineiros de Aljustrel, conforme solicitado pelo Sport Club Operário de Cem Soldos.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a cedência da viatura, conforme solicitado, com o valor total de 124,04€. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----



**N.º 11 - CEDÊNCIA DE PEDRA DE CALÇADA À UNIÃO DE FREGUESIAS DE CASAIS E ALVIOBEIRA**-----

Foi presente a informação n.º 6393/2014 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a cedência de 40m<sup>3</sup> de calçada para construção dos passeios na Rua 25 de Abril e na Rua dos Clérigos, em Alviobeira, no seguimento da deliberação de 23 de junho de 2014, conforme solicitado pela União de Freguesias de Casais e Alviobeira.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a cedência de 40m<sup>3</sup> de calçada à União de Freguesia de Casais e Alviobeira, com o custo estimado de 3.100€ acrescido de IVA à taxa legal.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:**-----

**N.º 12 - AUTORIZAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE**-----

**REQUERENTE: Joana Pinto Coelho**-----

Foi presente o processo n.º 232/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição de compropriedade do prédio rústico sito em Cochões, inscrito na matriz predial sob o art.º 112, secção AH, da Freguesia de São Pedro de Tomar, em nome de Joana Pinto Coelho, com informações n.ºs 2634/2015 e 2701/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou dar parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o art.º 112, secção AH, da Freguesia de São Pedro de Tomar, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 13 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES**-----

**REQUERENTE: Fernando Rogério de Oliveira Esteves**-----

Foi presente o processo n.º 864/2001, relativo a regularização de construção de muro confinante com a via pública, na Rua do Apeadeiro, n.º 92, em Casal da Lameiracha, Freguesia de Paialvo, em nome de Fernando Rogério de Oliveira Esteves, com informação n.º 4459/2013 do Departamento de Ordenamento e Gestão do Território, a qual submete à apreciação do Executivo Municipal a declaração de caducidade do licenciamento, pelos fundamentos nela constante.-----



**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou que é sua intenção declarar a caducidade da licença, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 71º do RJUE, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 10 dias úteis. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO FINANCEIRA:** -----

**N.º 14 - PAGAMENTOS EM ATRASO A 30 DE JUNHO DE 2015** -----

Foram presentes, para conhecimento, as informações n.ºs 4258/2015 e 4261/2015 da Divisão Financeira, a dar conhecimento dos pagamentos em atraso a 30 de junho de 2015. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:** -----

**N.º 15 - ARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTO – FREGUESIA DE OLALHAS** -----

Foi presente a informação n.º 834/2015 da Divisão de Proteção Civil, que submete a apreciação do Executivo Municipal a emissão de parecer relativamente a pedido de autorização prévia para realização de ações de arborização de 0,51ha com eucalipto, na Freguesia de Olalhas, em nome de Vasco Manuel Antunes Ferreira, conforme solicitado pelo ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar a informação supra referida e emitir parecer favorável ao projeto.-----

Esta deliberação foi aprovada por maioria de seis votos a favor e o voto contra do Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

**N.º 16 - ACIDENTES RODOVIÁRIOS OCORRIDOS NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO DE TOMAR** -----

Foi presente, para conhecimento, a informação n.º 749/2015 da Divisão de Proteção Civil, dando conta dos acidentes que ocorreram nas freguesias rurais do concelho de Tomar, durante o mês de maio de 2015.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:** -----

**N.º 17 - UTILIZAÇÃO GRATUITA DA SALA DE FORMAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO – NERSANT, Associação Empresarial da Região de Santarém**-----

Foi presente a informação n.º 806/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, que submete a apreciação do Executivo Municipal o pedido de cedência gratuita da sala de formação do Complexo Desportivo, para realização de sessão sobre o tema "Vale Empreendedorismo do



Portugal 2020", conforme solicitado pela NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar a NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém do pagamento devido pela utilização das referidas instalações desportivas, no valor de 5,50€, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais, dado o interesse público da iniciativa.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**EXPEDIENTE:**-----

**N.º 18 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA MÉDIOTEJO21 RELATIVO A 2014**-----

Foi presente, para conhecimento, o Relatório de Atividades da MédioTejo21 - Agência Regional de Energia do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, relativo a 2014, aprovado na Assembleia Geral de 10 de julho de 2015.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**N.º 19 - FORNECIMENTO DE ÁGUA PELA EPAL E ÁGUAS DO CENTRO**-----

Foi presente, para conhecimento, a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Câmara Municipal de Tomar, de 29 de junho de 2015, sobre a água adquirida em maio de 2015 e previsão dos volumes a adquirir às empresas AdC, S.A. e EPAL.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas, a Sra. Presidente, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.**-----

**Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.**---

